



**RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2023

Índice

1. Apresentação

3

2. Metodologia

5

3. Relatório de Revisão Sobre as Demonstrações Intermediárias

7

4. Demonstrações Financeiras Intermediárias

11

5. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

16





APRESENTAÇÃO

Apresentação



TRABALHO DE AUDITORIA

A documentação da Federação Alagoana de Futebol - FAF, do exercício findo em 31 de março de 2023, foi analisada no período de 15 de maio a 10 de julho de 2023. Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames, por amostragem, sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares, em geral, numa base seletiva e por amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

APRESENTAÇÃO

DADOS DA FIRMA DE AUDITORIA

IGF - Auditores e Consultores Independentes S/S

Rua Francisco Gonçalves, nº 1, Edf. Reitor Miguel Calmon – Sala 806, Comércio, Cep: 40.015-090 Salvador/BA

CNPJ nº 04.899.444/0001-61 - CRC/BA nº 4.178 – CVM nº 9.318

Edmar Sombra Bezerra - Contador – CRC/BA nº 12.590

DADOS DA ENTIDADE AUDITADA

Federação Alagoana de Futebol - FAF

Avenida Pretestato Ferreira Machado, 919, Jatiúca, Cep: 57.036-400, Maceió-AL

CNPJ nº 12.187.936/0001-52

Felipe Omena Feijó - Presidente

Nicholas Cansanção do Nascimento - Contador – CRC/AL- nº 7.902



Metodologia



Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria, envolvendo a análise das operações realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão deste relatório.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para esse tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise dos controles internos existentes na Entidade, como segue:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contatos com os responsáveis pelas áreas contábil, financeira e administrativa;
- c) Análise das transações praticadas e as funções básicas dos controles internos;
- d) Testes das transações escrituradas na contabilidade;
- e) Avaliação dos saldos das rubricas integrantes das demonstrações financeiras; e
- f) Avaliação da base contábil de continuidade operacional.



RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva da FEDERAÇÃO
ALAGOANA DE FUTEBOL - FAF. Maceió – Alagoas



Introdução

Revisamos o balanço patrimonial, em **31 de março de 2023** da **FEDERAÇÃO ALAGOANA DE FUTEBOL - FAF**, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao descrito nos parágrafos seguintes, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

(I) A FAF, não apresentou, em 31 de março de 2023, controles internos e informações suficientes que permitissem confirmar os saldos de obrigações sociais e trabalhistas (R\$ 364 mil), impostos e contribuições a recolher (R\$ 5.004 mil), conforme notas explicativas nºs 12 e 13, respectivamente. Portanto, se tivéssemos conseguido concluir nossa revisão dessas contas, conseguiríamos ter tomado conhecimento de assuntos que indicassem a necessidade de ajustes nas informações levantadas naquela data.

(II) A FAF, em 31 de março de 2023, não possuía informações e controles individualizados e atualizados dos bens patrimoniais do ativo imobilizado, cujo custo contábil naquela data totalizou R\$ 4.676 mil, bem como quanto as depreciações acumuladas no valor de R\$ 534 mil, conforme nota explicativa nº 09, bem como vidas úteis e valores residuais. Como comentado na nota explicativa nº

3.j, a Entidade não realizou a análise e teste quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados em todo o ativo imobilizado (NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Portanto, se tivéssemos conseguido concluir nossa revisão com base nas respostas de circularização dessas contas, poderíamos ter tomado conhecimento de assuntos que indicassem a necessidade de ajuste nas informações intermediárias.

(III) A FAF, em 31 de março de 2023, não apresentou controle interno adequado e suficiente, e política interna que permitisse concluir sobre a adequação da “estimativa com perdas para créditos de liquidação duvidosa” (EPCLD), representando, assim, limitação do escopo dos nossos trabalhos. Portanto, se tivéssemos conseguido concluir nossa revisão com base nas respostas de circularização dessas contas, poderíamos ter tomado conhecimento de assuntos que indicassem a necessidade de ajuste nas informações intermediárias.

(IV) A FAF, reconheceu no patrimônio líquido os efeitos de avaliação (reavaliação) dos bens imóveis e de, parte, dos bens móveis, no valor de R\$ 4.186.997 reais, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, conforme notas explicativas nº 16, em desacordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, CPC 26 – Apresentação da Demonstrações Contábeis, CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) e a legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09). Portanto, se tivéssemos conseguido concluir nossa revisão com base nas respostas de circularização dessas contas, poderíamos ter tomado conhecimento de assuntos que indicassem a necessidade de ajuste nas informações intermediárias.

Conclusão com ressalvas

Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais ajustes nas informações intermediárias das quais poderíamos ter tomado conhecimento se não fosse pelas situações descritas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a **Entidade** apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), elevado índice de endividamento e capital circulante negativo, como reflexo de sucessivos déficits (prejuízos) em exercícios anteriores. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios e de suas atividades. A Administração reconhece a situação e vem procurando adotar medidas com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e obter o equilíbrio econômico-financeiro de suas atividades. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes à realização e classificação de ativos e passivos, que poderiam ocorrer em caso de descontinuidade das operações da **Entidade**, conforme exposto na nota explicativa nº 16. Nossa opinião não apresenta ressalva relacionada a esse assunto

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS



Outros assuntos

Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com ressalvas sobre: a) Depreciações e controles dos bens patrimoniais; e b) Ausência de provisões de juros e multas sobre impostos e contribuições em atraso, referente aos valores apresentados nas demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2023. Em relação à revisão das demonstrações contábeis intermediárias correspondentes ao primeiro trimestre de 2022, datada em 04 de maio de 2022, informamos que elas foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalvas.

Salvador/BA, 10 de julho de 2023.

IGF – AUDITORES E CONSULTORES INDEPENDENTES S/S
CRC/BA nº 4.178/0-6 - CVM nº 9.318

Edmar Sombra Bezerra
Contador - CRC/BA nº 12.590 - CNAI nº 511

IGF
AUDITORES E
CONSULTORES
INDEPENDENT
ES
SOCIEDA:0489
9444000161

Assinado de
forma digital por
IGF AUDITORES E
CONSULTORES
INDEPENDENTES
SOCIEDA:0489944
4000161
Dados: 2023.07.18
12:05:19 -03'00'

EDMAR
SOMBRA
BEZERRA:
0278707
5568

Assinado de
forma digital por
EDMAR SOMBRA
BEZERRA:027870
75568
Dados:
2023.07.18
12:05:38 -03'00'



Demonstrações Financeiras Intermediárias (31 de março de 2023)

Ativo	Notas	31/03/2023	31/12/2022
Circulante		1.756.089	1.486.762
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	418.353	506.947
Créditos de Curto Prazo Tributos a Recuperar	5	86.946	83.484
Recuperar Adiantamentos	6	5.991	31.843
Outros Créditos a Receber	7	1.244.799	476.122
	8	-	388.366
Não Circulante		4.334.610	4.323.003
Imobilizado	9	4.334.610	4.323.003
Imobilizações de Uso		4.675.822	4.675.822
(-) Depreciações Acumuladas		(533.602)	(528.580)
Imobilizado em Andamento		192.390	175.761
Total do Ativo		6.090.699	5.809.765
Passivo	Notas	31/03/2023	31/12/2022
Circulante		7.958.443	7.631.265
Fornecedores	10	102.022	29.380
Empréstimos e Financiamentos	11	408.082	464.253
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	364.175	299.366
Impostos e Contribuições a Recolher	13	5.004.060	5.005.443
Obrigações Soc. Consig. Clubes	14	1.787.230	1.782.556
Outras Obrigações a Pagar		276.789	36.723
Parcelamentos	15	34.864	19.743
(-) Juros, Multas e Encargos Sobre Parcelamentos	15	(18.779)	(6.199)
Não Circulante	15	146.729	158.194
Parcelamentos		312.084	338.288
(-) Juros, Multas e Encargos Sobre Parcelamentos		(165.355)	(180.094)
Patrimônio Líquido	16	(2.014.473)	(1.979.694)
Patrimônio Social		(6.237.294)	(6.321.818)
Reserva de Reavaliação		4.186.997	4.186.997
Superávit ou (Déficit) do Período		35.824	155.127
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		6.090.699	5.809.765

Demonstrações Financeiras Intermediárias

FEDERAÇÃO ALAGOANA DE FUTEBOL
 CNPJ nº 12.187.936/0001-52
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO
 Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022
 (Em reais, sem centavos)

	Nota	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
RECEITAS OPERACIONAIS	17		
Receita de Registro/Transf./Resc de Atletas		497.107	177.575
Receita - Comercial		337.960	780.000
Receita Extra		2.880	-
Receita - Copa do Nordeste		-	285.000
Taxas e Anuidades		95.700	-
Taxa Federativa		43.260	72.631
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		976.907	1.315.206
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(800.842)	(964.843)
(-) Salários e Ordenados		(186.514)	(176.227)
(-) Encargos Sociais		(43.889)	(45.903)
(-) Outros Custos		(102.467)	(36.285)
(-) Despesas com Campeonatos		(467.972)	(706.428)
RESULTADO BRUTO OPERACIONAL		176.065	350.363
(-) DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		(114.926)	316.807
(-) Despesas Gerais		(432.461)	(372.499)
(-) Despesas tributárias		(33.577)	(59.774)
(+) Outras Receitas - CBF/FAF	17	351.112	749.080
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		61.139	667.170
Resultado Financeiro	18	(25.315)	(18.003)
Receitas Financeiras		8.916	-
(-) Despesas Financeiras		(34.231)	(18.003)
SUPERÁVIT OU (DÉFICIT) DO PERÍODO		35.824	649.167

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FEDERAÇÃO ALAGOANA DE FUTEBOL
CNPJ nº 12.187.936/0001-52
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022
 (Em reais, sem centavos)

	Notas	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação de Imóveis	Superávit/ Déficit Acumulado	Superávit/ Déficit do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		(6.406.345)	4.186.997	-	129.834	(2.089.514)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-
Transferência para superávit acumulado		-	-	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	78.304	(133.784)	(55.480)
Saldos em 31 de março de 2022	16	(6.406.345)	4.186.997	78.304	(3.950)	(2.144.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16	(6.406.345)	4.186.997	84.527	155.127	(1.979.694)
Resultado do Período		-	-	-	35.824	35.824
Ajuste de Exercícios Anteriores		(70.603)	-	-	-	(70.603)
Transferência de Superávit de Exercícios		155.127	-	-	(155.127)	-
Transferência de Superávit Acumulados		84.527	-	(84.527)	-	-
Saldos em 31 de março de 2023	16	(6.237.294)	4.186.997	-	35.824	(2.014.473)

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

FEDERAÇÃO ALAGOANA DE FUTEBOL
CNPJ nº 12.187.936/0001-52
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Findos em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022
 (Em reais, sem centavos)

	Notas	<u>31/03/2023</u>	<u>31/03/2022</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Superávit ou (Déficit) do Período		35.824	649.167
Depreciação e Amortização		5.022	5.068
Ajustes de Exercícios Anteriores		(70.603)	(74.353)
Superávit ou (Déficit) do Período Ajustado		(29.757)	579.882
Aumento/Diminuição do Ativo			
		(357.921)	(655.278)
Créditos a receber		(3.462)	-
Tributos a recuperar		25.852	3.849
Adiantamentos		(768.677)	(509.809)
Outros créditos		388.366	(149.318)
Aumento/Diminuição do Passivo			
		380.808	81.144
Fornecedores		72.642	11.994
Obrigações Sociais e Trabalhistas		64.809	(1.620.861)
Impostos e Contribuições a recolher		(1.383)	1.594.019
Obrigações Soc. Consig. Clubes		4.674	57.109
Outras Obrigações a pagar		240.066	38.883
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais		(6.870)	5.748
Fluxo de Caixa das Operações de Investimento			
Imobilizado de uso		(16.629)	(16.783)
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(16.629)	(16.783)
Fluxo de Caixa das Operações de Financiamento			
Recebimento (ou liquidação) de empréstimos e financiamentos		(56.171)	(98.766)
Aquisição (amortização) de parcelamentos		(8.924)	188.423
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(65.095)	89.657
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(88.594)	78.622
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		506.947	137.999
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		418.353	216.621
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(88.594)	78.622

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Findas em 31 de março de 2023 e 31 de
dezembro de 2022
(Em reais)

01. CONTEXTO OPERACIONAL

A Federação Alagoana de Futebol – FAF é filiada à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a qual reconhece como única entidade nacional de administração do futebol no território brasileiro, sendo sucessora da extinta Federação Alagoana de Desportos, fundada em 14 de março de 1927, é uma entidade regional de administração do esporte, constituída como associação civil, sem fins econômicos, com sede à Avenida Pretestato Ferreira Machado, nº 919, Jatiúca, CEP: 57036-400 – Maceió/AL, é uma entidade sem fins lucrativos cujo objetivo é a defesa comum dos interesses de seus associados, sendo constituída em 08/11/1991.

02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As Demonstrações Contábeis, em seus aspectos mais relevantes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação brasileira, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Como se trata de Entidade sem fins lucrativos, as Demonstrações Financeiras Intermediárias foram preparadas, principalmente, de acordo com a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros - ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC Nº 1409/12 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 – Instituto sem finalidade de lucros. Observando os Princípios Fundamentais de Contabilidade em sua elaboração e adotando os conceitos, conteúdo e estrutura, bem como a Resolução CFC 877/2000, Comitês de Pronunciamentos Contábeis e demais legislações aplicáveis às atividades inerentes às Entidades sem fins lucrativos.

As demonstrações intermediárias foram preparadas considerando, no que for aplicável, a CPC 21 – Demonstração Intermediária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As operações foram contabilizadas com base nas práticas consubstanciadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, dentre as quais se destacam:

a) Moeda funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda nacional. Ganhos e perdas, quando existentes, resultantes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

b) Apuração do Resultado

b.1) Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b.2) As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro, quando for o caso.

b.3) As operações indexadas a moedas estrangeiras, quando existentes, são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

As receitas são registradas pelo regime de competência em função da sua natureza, as quais referem-se às seguintes fontes de recursos:

I - taxas e emolumentos mencionados no Regulamento Geral e os que forem criados pela Assembleia Geral;

II - o equivalente a 8% (oito por cento) sobre as rendas brutas de todas as partidas de futebol realizadas no Estado de Alagoas em que sejam cobrados ingressos;

III - rendas das partidas extraordinárias promovidas pela FAF;

IV - juros de capital depositados em nome da FAF;

Patrocínios, inseridos ou não no contexto de leis de incentivo ao esporte;

VI - doações ou subvenções de qualquer natureza;

VII - renda eventual;

VIII - multas impostas pela FAF;

IX - repasses realizados pelo poder público no âmbito de convênios, parcerias ou instrumentos congêneres;

X – outras receitas não especificadas.

As despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Aplicações Financeiras de Alta liquidez e Baixo Risco

As aplicações financeiras de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Valores com Restrições

São valores que tem vinculação entre a origem e a aplicação do recurso, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela agente repassador do recurso. Os recursos vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

f) Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão registrados ao seu valor justo, acrescido quando aplicável pelos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Estão mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros passivos financeiros.

g) Direitos e Obrigações

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização e as obrigações estão demonstradas pelos valores de exigibilidades, estes últimos atualizados até a data do balanço.

h) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa

A Entidade não registra a estimada de perdas com créditos de liquidação duvidosa, pois a Administração entende que não existem operações que possam ensejar prováveis perdas, inclusive considerando os seus direitos e o histórico deles.

Em 31 de março de 2023 a administração julgou não ser necessário a constituição desta provisão, considerando não haver evidências da existência de prováveis perdas com seus créditos a receber.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Entidade. O valor do imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo adotadas as taxas anuais com base legislação fiscal, e sobre os saldos das contas. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, quando representam aumento da capacidade instalada ou da vida útil do bem, são capitalizados, enquanto os demais são lançados a resultado, de acordo com o regime de competência.

j) Redução do Valor Recuperável (Teste de Impairment)

Os ativos são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. É reconhecida uma perda caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A Administração da Entidade não efetuou a análise de seus ativos quanto a indicadores de desvalorização neste período, bem como não avaliou se esses ativos são realizáveis em prazos satisfatórios.

k) Obrigações Trabalhistas: As obrigações e encargos sobre a folha de pagamento são calculados com base na legislação vigente e de acordo com as normas trabalhistas.

l) Contingências: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais observaram os critérios definidos pela NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a saber:

✓ **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

✓ **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

✓ **Passivo Contingente:** de acordo com a NBC TG 25 (R2), são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, e não pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os passivos contingentes que satisfazem os critérios de reconhecimento são considerados como perdas prováveis, devendo ser reconhecidos e divulgados em notas explicativas. Enquanto os que não satisfazem os critérios de reconhecimento são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

✓ **Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

m) Outros Ativos e Passivos (Circulante e Não Circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses da data das demonstrações financeiras; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n) Estimativas Contábeis: São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

o) Demonstrações dos Fluxos de Caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada em consonância com CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método indireto.

p) Aval e Fiança

Até o encerramento do período em 31 de março de 2023, a Administração informa que não existia qualquer tipo de aval e/ou fiança concedidas a terceiros pela Entidade.

q) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

A Administração da Entidade informa que não houve qualquer evento subsequente que requeresse ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras intermediárias encerradas em **31 de março de 2023**

04. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, contas bancárias e por aplicações financeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

<u>Disponível</u>	<u>31/03/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa		
Caixa	34.188	17.649
Subtotal	34.188	17.649
Bancos Conta Movimento		
Banco Votorantim S.A C/C: 622696996-6 Ag.: 1111	430	430
Banco Daycoval C/C: 1501016-5 Ag.: 0001	27.137	58.524
Banco Daycoval (Conta Garantida)	12.360	100.000
Subtotal	39.927	158.954
Aplicação Financeira		
Banco Bradesco com Aplicação	133.710	128.382
Aplicação Financeira Bradesco - Invest Fácil	29.034	29.034
Banco Daycoval com Aplicação - CDB	181.494	172.928
Subtotal	344.238	330.344
Total	418.353	506.947

05. Créditos a receber

Esse subgrupo está representado pelas duplicatas a receber e Bloqueio JCJ, conforme a seguir:

Creditos a receber	31/03/2023	31/12/2022
Duplicatas a Receber	63.055	60.055
Bloqueio JCJ	23.891	23.429
Total	86.946	83.484

Não foi estimada as prováveis perdas com créditos de liquidação duvidosa (EPCLD) para as contas de créditos a receber pela administração da Entidade.

06. Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar no curto prazo (circulante) estavam assim compostos:

Tributos a Recuperar	31/03/2023	31/12/2022
IRRF a Recuperar	832	8.362
CRF a Recuperar	5.020	23.342
PIS a Recuperar	139	139
Total	5.991	31.843

07. ADIANTAMENTOS

Esse grupo está representado pelos adiantamentos a empregados, adiantamento para posterior prestação de serviço e adiantamento a terceiros e empréstimos concedidos, conforme a seguir:

Adiantamento a Empregados	31/03/2023	31/12/2022
Adiantamento de Salários	10.000	-
Adiantamento de 13º Salário	1.980	1.980
Adiantamento de Férias	371	371
Subtotal	12.351	2.351
Adiantamentos para posterior prestação de serviço		
Escola de Arbitragem	329.260	304.551
Contas Correntes	899.404	165.436
Subtotal	1.228.664	469.987
Adiantamento a Terceiros		
Adiantamento a Fornecedores Diversos	3.784	3.784
Subtotal	3.784	3.784
Total	1.244.799	476.122

08. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os outros créditos a receber estavam assim dispostos:

Outros Créditos a Receber	31/03/2023	31/12/2022
Obrigações de Custeio a Recuperar	-	388.366
Total	-	388.366

Não foi estimada as prováveis perdas com créditos de liquidação duvidosa (EPCLD) para outros créditos a receber, pela administração, da Entidade.

09. IMOBILIZADO

As movimentações ocorridas no período findo em 31 de março de 2023, no imobilizado foram as seguintes:

Imobilizado	31/03/2023	Adição	Baixas	31/12/2022
Terrenos	50.000	-	-	50.000
Edifícios e Construções	64.491	-	-	64.491
Móveis e Utensílios	110.219	-	-	110.219
Equipamentos de Informática	132.861	-	-	132.861
Equipamentos de comunicação	10.944	-	-	10.944
Veículos	85.460	-	-	85.460
Softwares	32.000	-	-	32.000
Equipamentos Eletrônicos	2.849	-	-	2.849
Parcela de Reavaliação Imóveis	4.186.998	-	-	4.186.998
Subtotal	4.675.822	-	-	4.675.822
Imobilizado em Andamento				
Consórcio Diversos	192.390	16.629	-	175.761
Subtotal	192.390	16.629	-	175.761
Depreciação Acumulada				
Depreciação Acumulada	(533.602)	-	(5.022)	(528.580)
Subtotal	(533.602)	-	(5.022)	(528.580)
Total	4.334.610	16.629	(5.022)	4.323.003

10. FORNECEDORES

O saldo dessa conta é representado pelas obrigações junto aos fornecedores e que irão se vencer a curto prazo (circulante) e estavam assim compostas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Fornecedores	31/03/2023	31/12/2022
Greenleaf Projetos e Serviços S.A	40.050	-
Fundação Universitária de Desenvolvimento	20.000	20.000
Lancer Contadores Associados	17.675	6.060
MMC Consultoria e Gestão em Esporte Ltda	11.250	-
George Alves Feitoza	6.000	-
C E Ferreira Q Cavalcante	3.200	3.000
Carlos Guido Ferrario - Sociedade Individual	2.500	-
Felipe Davila dos Santos Andrade	707	-
Soft Manutenção de Elevadores Ltda Epp	640	320
Total	102.022	29.380

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo deste subgrupo é representado por obrigações decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários, além de cheque especial, em moeda nacional e estrangeira:

Empréstimos e Financiamentos	31/03/2023	31/12/2022
Cheque Especial	45.679	94.842
Empréstimo - M L J Factoring	56.058	63.174
Empréstimo Daycoval - CCB Capital de Giro	206.345	218.663
Empréstimo Daycoval - CCB Garantia Limite	100.000	87.574
Total	408.082	464.253

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

O saldo deste subgrupo é composto por valores referentes a pagamentos de autônomos, rescisões, além dos encargos sociais e provisões em 31 de março de 2023:

Obrigações Trabalhistas	31/03/2023	31/12/2022
Autonomo a Pagar	88.404	73.110
Rescisões a Pagar	242	1.132
Subtotal	88.646	74.242
Encargos Sociais a pagar		
INSS a Recolher	243.733	203.237
FGTS a Recolher	155	3.082
PIS a Recolher	170	365
Contribuição Sindical a Pagar	1.077	1.078
IRRF s/ Folha a Recolher	4.629	3.668
Subtotal	249.764	211.430
Provisões Trabalhistas		
Provisao e Encargos para Ferias	20.954	13.694
Provisao e Encargos para 13º Salario	4.811	-
Subtotal	25.765	13.694
Total	364.175	299.366

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

O saldo desse subgrupo é composto da seguinte forma:

Obrigações Fiscais e Sociais	31/03/2023	31/12/2022
Impostos e Contribuições Ex. Anteriores	1.617.833	1.617.833
INSS Retido	490	490
IRRF PJ a Recolher	196	294
COFINS a Recolher	1.664.066	1.664.066
PIS a Recolher	215.339	215.339
IRPJ a Recolher	1.004.966	1.005.948
CSLL a Recolher	499.289	499.288
Subtotal	5.002.179	5.003.258
Tributos Retidos a Recolher - Responsab.		
CRF a Recolher	1.881	2.185
Subtotal	1.881	2.185
Total	5.004.060	5.005.443

14. OBRIGAÇÕES SOC. CONSIG. CLUBES

O saldo desse subgrupo é composto pelas obrigações soc. Consig. Clubes, conforme o quadro:

Obrigações Soc. Consig. Clubes	31/03/2023	31/12/2022
INSS Retido 5% - Rec. Jogos	850.025	845.351
INSS Parcelamento Clubes	215.412	215.412
INSS Custeio Apoio/Arbitros	721.793	721.793
Total	1.787.230	1.782.556

15. PARCELAMENTOS A CURTO PRAZO E A LONGO PRAZO

O saldo desse subgrupo é composto pelos parcelamentos de curto prazo (circulante) parcelamentos de longo prazo (não circulante), assim compostos:

Parcelamentos	31/03/2023	31/12/2022
Parcelamento a Curto Prazo		
Parcelamento Municipal	14.360	19.743
(-) Encargos s/ Parcelamento Municipal	(6.198)	(6.199)
Parcelamento Federal	20.504	-
(-) Encargos s/ Parcelamento Federal	(12.581)	-
Subtotal	16.085	13.544
Parcelamento a Longo Prazo		
Parcelamento Municipal	252.856	279.061
(-) Encargos s/ Parcelamento Municipal	(146.761)	(161.501)
Parcelamento Federal	59.228	59.228
(-) Encargos s/ Parcelamento Federal	(18.594)	(18.594)
Subtotal	146.729	158.194
Total	162.814	171.738

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O saldo registrado estava composto da seguinte forma:

Patrimônio Líquido	31/03/2023	31/12/2022
Patrimônio Social	(6.237.294)	(6.970.985)
Reserva de Reavaliação	4.186.997	4.186.997
Superávit ou (Déficit) Acumulado	-	155.127
Superávit ou (Déficit) do Período	35.824	649.167
Total	(2.014.473)	(1.979.694)

17. RECEITAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS

No quadro a seguir é apresentada a composição das receitas operacionais e outras receitas da Entidade:

Receitas Operacionais e Financeiras	31/03/2023	31/03/2022
Receitas Operacionais		
Receita de Registro / Transf / Resc de Atletas	497.107	177.575
Receita - Comercial	337.960	780.000
Receita Copa do Nordeste	-	285.000
Receita Extra	2.880	-
Taxas e Anuidades	95.700	-
Taxa Federativa	43.260	72.631
Sub-total	976.907	1.315.206
Outras Receitas Operacionais		
Receita - CBF/FAF	351.112	749.080
Sub-total	351.112	749.080
Total	1.328.019	2.064.286

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

As receitas e despesas financeiras da Entidade foram as seguintes:

Resultado Financeiro	31/03/2023	31/03/2022
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicação Financeira	8.566	-
Descontos Obtidos	350	-
Sub-total	8.916	-
Despesas Financeiras		
Juros de Mora	(2.413)	(23)
Multas	(3.640)	(172)
Despesas Bancárias	(8.089)	(8.017)
Juros s/ Empréstimos	(17.138)	(5.937)
IOF	(2.951)	(3.854)
Sub-total	(34.231)	(18.003)
Total	(25.315)	(18.003)

19. SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram disponibilizados e/ou examinadas pelos nossos auditores independentes.

Felipe Omena Feijó
Presidente
CPF nº 085.160.924-45

Nicholas Cansanção do Nascimento
Contador
CRC AL - 007902/0-8